
SER Social

CRISE, FLUXOS MIGRATÓRIOS E POLÍTICAS SOCIAIS

Brasília, v. 23, n. 49, julho a dezembro de 2021

Estado, políticas sociais brasileiras e migração haitiana

State, brazilian social policies and haitian migration/
Estado, políticas sociales brasileñas y migración haitiana

Marc Donald Jean Baptiste¹

Wagner Roberto do Amaral²

Resumo: Buscando contribuir para o debate sobre a presença dos imigrantes haitianos no Brasil, este trabalho tem como objetivo identificar e analisar as compreensões deles acerca das políticas sociais brasileiras delimitadas ao atendimento de suas demandas. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, realizada com seis imigrantes haitianos residentes no município de Cambé (PR) entre 2016 e 2018. Os procedimentos metodológicos foram organizados em três momentos: revisão bibliográfica,

1 Assistente social, Mestre em serviço social e política social, Doutorando em serviço social e política social na Universidade Estadual de Londrina. E-mail: marcdonald-jbaptiste@gmail.com

2 Assistente social, Mestre e Doutor em Educação, Professor do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina. E-mail: wramaral2011@hotmail.com

levantamento documental e pesquisa de campo. Dados captados por meio de entrevistas semiestruturadas evidenciam a redescoberta de outro modelo de Estado interventivo pelos imigrantes haitianos no Brasil ao compararem ao Estado haitiano, evidenciando limitações nos atendimentos, tais como: disponibilidade de emprego condicionada; maior disponibilidade na educação das crianças imigrantes e acesso reduzido pelos adultos; a gratuidade dos serviços de saúde pública e situações de racismo e preconceito nos atendimentos; dificuldades para reconhecimento dos diplomas da formação profissional no Haiti.

Palavras-chave: território; política social; migração haitiana.

Abstract: In order to contribute to the debate on the permanence of Haitian immigrants in Brazil, this paper aims to identify and analyze Haitian immigrants' understandings about Brazilian social policies limited set out to attend to their demands. This is qualitative research, carried out with six Haitian immigrants residing in the municipality of Cambé (PR) between 2016 and 2018. The methodological procedures were organized in three stages: literature review, documental survey, and field research. Data collected through semi-structured interviews show the rediscovery of another model of interventional State by Haitian immigrants in Brazil when compared to the Haitian State, showing limitations in care. Those limitations are six-fold in the following: conditional employment availability; greater availability in the education of immigrant children, and reduced access by adults; free public health services and situations of racism and prejudice in care; difficulties in recognizing professional training diplomas from Haiti.

Keywords: territory; social policy; haitian migration.

Resumen: Buscando contribuir al debate sobre la presencia de inmigrantes haitianos en Brasil, este trabajo tiene como objetivo identificar y analizar la comprensión de los inmigrantes haitianos sobre las políticas sociales brasileñas delimitadas para atender sus demandas. Se trata de una investigación cualitativa, realizada con seis inmigrantes haitianos residentes en el municipio de Cambé (Paraná) entre 2016 y 2018. Los procedimientos metodológicos se organizaron en tres partes: revisión bibliográfica, levantamiento documental e investigación de campo. Los datos recolectados a través de entrevistas semiestruturadas muestran el redescubrimiento de otro modelo de Estado intervencionista por parte de los inmigrantes haitianos en Brasil en comparación con el Estado haitiano. Este trabajo evidenció limitaciones en la atención, tales como: disponibilidad de empleo condicional; mayor disponibilidad en la educación de los niños inmigrantes y menor acceso a los adultos; los servicios de salud pública gratuitos y situaciones de racismo y prejuicio en la atención;

dificuldades para reconhecer los títulos de formación profesional de Haití.

Palabras clave: territorio; política social; migración haitiana.

Introdução

O presente artigo estabelece um debate acerca da permanência dos imigrantes haitianos e suas relações com as políticas sociais brasileiras. O objetivo do trabalho é identificar e analisar as compreensões que os haitianos imigrantes, residentes no município de Cambé (PR), possuem acerca das políticas sociais brasileiras delimitadas aos atendimentos de suas demandas.

A partir de 2010, contextualiza-se a migração haitiana para o Brasil, no cenário pós-terremoto, como consequência das relações do capitalismo internacional entre o Haiti que, tradicionalmente, atua como fornecedor de mão de obra para diferentes países na América Latina e Caribe, e o Brasil que, em um determinado momento da sua história, passa a ser receptor de trabalhadores internacionais. O Brasil passa a ser um “norte alternativo” para migração haitiana, pois políticas restritivas foram criadas pelos Estados Unidos, França, Canadá (DIEME; TONHATI; PEREDA, 2020). A partir deste fato, o fenômeno migratório alcança uma maior extensão. Segundo Handerson (2019), em um período de seis anos (2010 – 2016), o Brasil se tornou o sexto país, com noventa e quatro mil (94 mil) haitianos, a constituir esse “novo espaço haitiano”, ficando atrás dos Estados Unidos, Canadá, França, República Dominicana e Cuba. O terremoto de 2010 abriu este “novo capítulo” para a emigração haitiana, que foi favorecida pelas políticas migratórias exclusivas durante os mandatos dos governos de Lula e Dilma Rousseff. (HANDERSON, 2019).

Os procedimentos metodológicos mobilizados nesta pesquisa foram organizados em três momentos de uma forma não linear, sendo: revisão bibliográfica, levantamento documental e pesquisa de campo. Na revisão bibliográfica, foram pesquisadas referências relacionadas às temáticas sobre migração e políticas sociais sendo selecionadas e consultadas por meio de artigos, monografias, teses, dissertações, relatórios de pesquisa e livros produzidos por autores

brasileiros e por autores e intelectuais haitianos em plataformas como: Scielo, Scribd, Google Escolar, Banco de Teses da Capes, dentre outros.

No levantamento documental, identificamos e analisamos documentos oficiais e legislações brasileiras (Constituição Federal de 1988, a Lei da Migração Brasileira, leis orgânicas das políticas sociais setoriais etc.), legislações e documentos oficiais do Estado haitiano, bem como outros documentos orientadores das agências multilaterais que atuam no Haiti.

A pesquisa de campo foi realizada em dois bairros da periferia do município de Cambé PR (sendo estes escolhidos por concentrarem a população imigrante haitiana na região), por meio de duas técnicas sendo a observação participante e entrevistas com roteiro semiestruturado. Durante a observação participante realizada, foi observada a organização interna dos imigrantes em diferentes espaços públicos desses territórios, com destaque no espaço da igreja evangélica criada por eles na região.

As entrevistas foram realizadas no período de junho a setembro de 2017 com seis participantes (cinco homens e uma mulher). A escolha dos entrevistados ocorreu pelo entendimento de que essas pessoas são lideranças e possuem uma compreensão mais ampla dos atendimentos recebidos pelas políticas sociais no município. Tal opção apresenta-se fundamentada na perspectiva do sujeito coletivo refletida por Martinelli (1999, p. 24) ao afirmar que "o importante, nesse contexto, não é o número de pessoas que vai prestar a informação, mas o significado que esses sujeitos têm, em função do que estamos buscando com a pesquisa".

Todas as entrevistas foram realizadas na língua crioulo, nativa dos entrevistados e de um dos pesquisadores autores deste texto. Para respeitar o procedimento ético, antes da entrevista o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi traduzido, lido, explicado e assinado, obtendo, dessa forma, a autorização dos sujeitos para a gravação das entrevistas e a garantia do anonimato assumido pelo pesquisador. A técnica de análise de conteúdo foi utilizada para tratar as entrevistas.

Ao longo da revisão bibliográfica, do levantamento documental e da pesquisa de campo realizados de forma articulada, buscamos refletir e problematizar o fenômeno migratório haitiano a partir das seguintes indagações: quais são as demandas mais apresentadas pelos imigrantes haitianos? Como os elementos socioculturais trazidos por esses imigrantes poderiam ter um papel importante na constituição de suas compreensões sobre as políticas sociais na sociedade brasileira? Quais os mecanismos de resistência e de lutas cotidianas para a reprodução de suas vidas e de suas famílias?

Estruturado em três partes, o texto segue a lógica do percurso dos imigrantes sendo que, na primeira parte, apresentamos aspectos históricos e políticos do Haiti ao discutir a sua realidade de Estado contestado pela população de baixa renda, evidenciando a presença de uma sociedade segregacionista marcada por políticas sociais dominadas por organizações não governamentais (ONGs). Na segunda parte, refletimos a respeito dos determinantes históricos, econômicos, políticos e culturais da saída dos imigrantes haitianos para o Brasil, associados ao fenômeno da diáspora institucionalizada existente naquele país. Enfim, na terceira parte, evidenciamos as compreensões dos sujeitos haitianos acerca de suas relações com as políticas sociais brasileiras delimitadas ao atendimento de suas demandas.

Tal estudo se apresenta como resultado de pesquisa qualitativa em nível de mestrado realizado no período de 2016 a 2018, tendo como coautoria um pesquisador haitiano, ampliando, desta forma, a compreensão do fenômeno estudado.

Sobre o Estado haitiano e suas políticas sociais

O sistema capitalista sempre exigiu novas regulações na relação do trabalho para resolver suas próprias crises históricas e cíclicas. Assim, as políticas sociais, resultado da relação contraditória entre o Estado, a sociedade e o mercado, surgem como respostas à *questão social* (BEHRING; BOSCHETTI, 2011). Ao refletir sobre o conceito de *questão social*, Netto (2004, p. 42) evidencia que “a expressão surge para dar conta do fenômeno mais evidente da história da Europa ocidental que experimenta os impactos da primeira

onda industrial, iniciada na Inglaterra no último quarto do século XVIII, trata-se do fenômeno do pauperismo”.

Segundo Pereira (2011, p. 163), “nas sociedades contemporâneas, a menção a esse tipo de política, associada aos conceitos de políticas públicas, necessidades sociais e direito da cidadania, tornou-se uma recorrente tendência intelectual e política”. Contudo, segundo a mesma autora, “conceituar e definir política social implica reconhecer que existem paradigmas ou estatutos epistemológicos competitivos e rivais colocados à disposição desse processo” (PEREIRA, 2011, p. 165). Corroboramos com tais reflexões ao considerarmos que a política social é uma categoria histórica ligada ao desenvolvimento do sistema capitalista nas suas contradições internas, sendo também dialeticamente contraditória e não universal. Nessa perspectiva, a concepção de Estado se coloca no centro da compreensão das políticas sociais, orientação fundamental para que possamos entender os aspectos que constituem histórica e politicamente o Estado haitiano.

No contexto da construção histórica haitiana, identificamos a existência de um Estado contestado – quando este se apresenta como um conceito relacional para caracterizar as relações entre o Estado haitiano e a sua população de baixa renda – que evidencia uma discordância entre as esferas civil e política. Este aspecto toma como referência as diferentes ações da esfera política do Estado nas orientações das políticas econômicas e na gestão das expressões da *questão social* haitiana.

Segundo Hurbon (1987), o Estado haitiano é caracterizado pela ausência de legitimidade popular, uma vez que a população rural se sente sempre excluída. No período de 1804 a 1987, os presidentes intensificaram a força repressiva do Estado para se manterem no poder, o que tornou o Estado haitiano repressor à população rural e de baixa renda. Esta, por sua vez, usava ou reproduzia o *Marronnage*³ como principal estratégia de resistência (HURBON, 1987). No

3 *Marronnage* significa fugir para viver livre, ou seja, reorganizar um lugar para morar e para se defender. Seria o equivalente aos quilombos no contexto brasileiro. Hurbon (1987) enxerga o *Marronnage* como uma forma de resistência iniciada pelos escravos na colonização francesa. Os sujeitos do *Marronnage* foram os escravos que vieram diretamente da África, chamados *Bossales*, que recusaram o sistema colonial, por isso, entram

entendimento de Dorvilier (2015), este comportamento sinaliza um processo de enfraquecimento da cidadania política provocado pelo Estado haitiano. Consideramos, ainda, no sentido gramsciano, que significa um não funcionamento da esfera civil que compõe o Estado, inviabilizando seu papel na participação popular.

Este é o tipo de Estado que continua a existir no Haiti: um Estado repressivo que disseminou a política do medo para se impor na sociedade, gerando dificuldades internas na batalha exclusiva entre as elites mulatas e negras⁴ para seu próprio controle. Dessa forma, a população de baixa renda exclusivamente negra continua a ser vítima das imposições sociais, econômicas e políticas.

Um dos mecanismos de resistência da população desfavorecida é a sua ausência na participação de atividades políticas. No período democrático pós 1987, por exemplo, o processo eleitoral que contou com a maior participação popular (51% de eleitores votantes) foi realizado no ano de 1990. Nas eleições seguintes, o número de eleitores votantes foi menor que 50% e, na última eleição geral, realizada em 2016, a participação popular foi de 27,44% do número de eleitores, segundo o Conselho Eleitoral Provisório (2016)⁵.

Destaca-se que, no Haiti, a partir da Constituição de 1987, o voto não é obrigatório, o sistema político é semiparlamentar e semipresidencial, sendo o presidente da República e os parlamentares (deputados e senadores) escolhidos por eleição direta. O Poder Executivo é composto pelo presidente eleito diretamente pela população e este indica o primeiro-ministro, que é referendado ou não, de maneira indireta, pelos parlamentares.

em uma rebelião permanente, preferindo a liberdade nas montanhas ao trabalho forçado. Esses fugitivos *Bossales* eram denominados de *Marron(s)*.

4 No Haiti, existe uma diferença histórica e sociológica racial peculiar entre negros e mulatos. São denominados como negros os que têm uma ascendência africana sem miscigenação com brancos, já os mulatos resultam da miscigenação entre os brancos europeus e os negros de ascendência africana. (ROGERS, 2003).

5 Para maiores informações, visitar o site do conselho em: <<https://www.cephaiti.ht/information-electorale/240-communique-de-presse-31.html>>.

Apreende-se deste cenário, que as políticas sociais haitianas são reflexos das suas contradições históricas, das lutas de classes e do desenvolvimento particular do capitalismo, marcado particularmente pela dominação do capitalismo estrangeiro por meio de organizações não governamentais (ONGs) e da fragilização da esfera civil do Estado.

As políticas sociais se fundamentam e se orientam a partir da Constituição de 1987, nos capítulos sobre os direitos fundamentais da pessoa humana. Contudo, existem paradoxos entre o que está previsto na Constituição e a realidade das políticas neoliberais aplicadas. Destacamos que a situação de insuficiência e a fragilidade das políticas sociais são os motivos da saída dos haitianos para países estrangeiros. Esta emigração haitiana reflete uma forma de *marronage*, uma vez que os haitianos, que se consideram excluídos politicamente pelo sistema, passam a fugir do país. (HURBON, 1987).

Breve contextualização da migração haitiana para o Brasil

Hurbon (1987), Handerson (2015) e Audebert (2012) apontam que a cultura migratória haitiana, interna ou externa, existe há séculos, não sendo possível situá-la sem o contexto da ocupação militar estadunidense (1915-1934)⁶, período em que o Estado haitiano organizou programas de exportação de trabalhadores para Cuba e República Dominicana.

Para os autores citados, o Estado haitiano sempre esteve diretamente ligado à saída dos seus trabalhadores, seja por orientações políticas (as ditaduras que perseguem os oponentes), por orientações econômicas (o predomínio neoliberal a partir da década de 1970) e

6 A ocupação estadunidense no Haiti se efetivou com a intenção do governo norte-americano de dominar e controlar o espaço caribenho, no contexto da Primeira Guerra Mundial, e expulsar a Alemanha da região. Esse processo provocou a expropriação sistemática dos camponeses de suas terras, a fim de estabelecer as indústrias norte-americanas, gerando a degradação das condições de vida rural da população, que passou a ser sistematicamente expulsa de seus territórios e expropriada dos seus únicos recursos econômicos. A intervenção norte-americana no Haiti durou 19 anos (de 1915 a 1934). Esse período coincide, como demonstrou Hurbon (1987), com o início da emigração interna e externa dos trabalhadores haitianos buscando trabalho na área urbana ou nos outros países da região.

por sua incapacidade interventiva na sociedade como, por exemplo, nos períodos de catástrofes naturais (furacão, terremoto etc.). Atualmente, o que Anglade (1982) denominou de “novo espaço haitiano”⁷, construído pela mobilidade da diáspora haitiana espalhada em países como Estados Unidos, Canadá, França, República Dominicana e, recentemente, nos países da América do Sul (Brasil e Chile), representa cerca de três milhões de pessoas, ou seja, um terço da população que gera receita econômica com seu trabalho fora do país.

A dinâmica migratória (interna ou externa) enquanto prática sociocultural, de acordo com Audebert (2012), é parte constitutiva da história do Haiti. O Estado haitiano, além de incentivar a saída de milhares de trabalhadores, cria vários órgãos públicos para acompanhar e controlar esse processo, uma vez que ele representa uma fonte de recursos para a economia do país. Nos anos de 1990, registra-se a criação de várias instituições públicas especializadas na gestão da diáspora haitiana, tais como: o Escritório de Assuntos da Diáspora (OAD), em 1988; o Ministério de Haitianos Vividos no Exterior (MHVE), em 1994; e o Escritório Nacional de Migração (ONM), em 1995. Estas instituições passam a operar a gestão do décimo departamento⁸ denominado como Departamento da Diáspora ou “novo espaço haitiano”.

De acordo com Pierre (2012), a diáspora haitiana contribuiu com até 31% do Produto Interno Bruto (PIB) do Haiti, entre 1998 e 2011, sendo efetivada por meio de transferências de recursos financeiros

7 Esse termo “novo espaço haitiano”, também chamado de “décimo departamento”, foi criado em 1990 pelo geógrafo haitiano Georges Anglade como uma categoria analítica. Segundo Anglade (1982), o décimo departamento (ou décimo Estado da Federação se compararmos à organização federativa brasileira) é uma metáfora, uma maneira de expressar um dos fenômenos mais importantes do Haiti do final do século XX. A expressão se refere a uma questão simbólica, sem referência geográfica e jurídica, servindo mais como uma estratégia política dos poderes públicos para incentivar a diáspora a participar economicamente do país.

8 Importante destacar que, hoje, o “décimo departamento”, que traduz um aspecto transnacional e transterritorial, se transformou em “décimo primeiro departamento” devido à reforma que deu origem a uma nova divisão administrativa e territorial no Haiti. Um decreto presidencial de 2003 criou um departamento a mais (Departamento de Nippes), ampliando de 9 para 10 departamentos e, conseqüentemente, o da diáspora tornou-se, simbolicamente, o décimo primeiro.

dos trabalhadores emigrados às suas famílias. O percentual de domicílios que recebem transferências privadas (nacionais e internacionais) aumentou de 42%, em 2001, para 69%, em 2012, sendo que, depois do terremoto, essa tendência de transferência de recursos provenientes da diáspora evoluiu positivamente, segundo dados apresentados por Joachim (2017).

Além desses fatores, neste trabalho, a migração haitiana foi considerada como uma das expressões da *questão social* no Haiti, por estar intimamente associada ao modo de produção capitalista (NETTO, 2004), tendo em vista os fluxos e as mobilidades pela força de trabalho em âmbito internacional.

O fluxo migratório haitiano no Brasil tem sido comumente explicado pelo acontecimento do terremoto de 2010. Tal argumento é muito relativo na nossa perspectiva, pois entendemos a migração haitiana, do ponto de vista histórico, como uma resposta ao jogo de uma "política de dupla face" do país emissor (Haiti) e do país receptor da mão de obra que, neste caso, é o Brasil. Tal migração foi impactada pela crise do capitalismo após 2008, quando os destinos tradicionais da emigração haitiana (Estados Unidos, França e Canadá) estavam em recessão, bem como pelas condições sociais históricas do Brasil durante os dois mandatos do presidente Lula, tendo em vista os 12 milhões de empregos gerados ao longo desse período. (MAGALHÃES, 2016).

Do ponto de vista internacional, o Brasil projetou uma imagem de superpotência nas Américas que Magalhães e Baeninger (2014, p. 14) identificam como uma posição de "subimperialismo" para dominar a zona americana do ponto de vista econômico, político e até mesmo militar. A saída dos trabalhadores haitianos para o Brasil está associada à lógica de satisfação das demandas de mão de obra e, particularmente, atender às necessidades do subimperialismo brasileiro em um contexto no qual o sistema econômico enfrentou um conjunto de contradições. Ao analisar tal fenômeno, Marini (2012, p. 156-157 apud MAGALHÃES; BAENINGER, 2014, p. 14) evidencia que "o subimperialismo se traduz no impulso da economia brasileira em direção ao exterior, no afã de compensar sua incapacidade de

ampliar o mercado interno através da conquista de mercados já formados, principalmente na América Latina”.

O governo Dilma, à época, abriu as fronteiras para receber os trabalhadores haitianos que estavam em uma situação de precariedade. “O Brasil está aberto” era a expressão popular depois do terremoto de 2010, no Haiti. O imaginário coletivo evidenciava o Brasil como a terra de novas oportunidades para a busca de melhores condições de vida (HANDERSON, 2015). A migração haitiana passou a ser fundamentada por duas resoluções normativas criadas pelo Conselho Nacional de Imigração Brasileiro (CNIg) sendo a Resolução nº 97, adotada em 12 de janeiro de 2012 e substituída, em abril de 2013, pela Resolução nº 102, ambas proponentes de um visto humanitário especial que até então não existia na legislação brasileira. (HANDERSON, 2015).

Desse modo, o terremoto foi apenas um dos motivadores da emigração haitiana para o Brasil e demais países da América Latina e da América do Norte. A emigração, portanto, é resultado de uma combinação do processo histórico, social e econômico de um país marcado por relações econômicas desiguais que favorece o capitalismo internacional com o momento histórico de desenvolvimento da economia e da industrialização de países como o Brasil (a partir dos mandatos do presidente Lula) e do Chile (com as aberturas migratórias feitas por Michele Bachelet).

De maneira pontual, identificamos na síntese das entrevistas realizadas com seis haitianos esses motivos de deslocamentos ao Brasil. Nos relatos mais relevantes, observamos os seguintes aspectos: a fuga das desigualdades sociais aprofundadas depois do terremoto de 2010; a fuga da insegurança pública e ambiental; a influência cultural e simbólica de viajar na construção da identidade de diáspora permanente; a busca por melhores condições de vida; a discriminação social encontrada em outros países receptores, particularmente na República Dominicana; as expectativas acerca do governo do presidente Lula; as propagandas midiáticas que apresentavam o Brasil como o paraíso racial; a visão estereotipada do Brasil de que todos os negros sabem jogar futebol e que

podem, por isso, encontrar nesse esporte uma estratégia de ascensão social; a percepção de que ter um filho nascido no Brasil se apresenta como uma possibilidade de se tornar milionário e, por fim, alcançar os Estados Unidos passando pelo Brasil.

No entanto, a massiva presença haitiana no Brasil passa a revelar o despreparo do Estado brasileiro em responder às demandas dessa migração. Os conflitos sobre o acesso aos serviços públicos são marcados nos territórios onde a população haitiana se estabelece, e se amplificam e se complexificam na medida em que a quantidade dos imigrantes aumenta.

Permanência: ser imigrante haitiano no Brasil e sua relação com a política social

Buscamos evidenciar as compreensões mais relevantes dos imigrantes haitianos sobre o Estado brasileiro e as políticas sociais, fundamentalmente a política de saúde, de educação, da assistência social, habitacional e do emprego, sendo delimitados a partir das demandas por eles socializadas e nos atendimentos por eles recebidos.

As políticas sociais do contexto migratório haitiano no Brasil passam a ter um papel contraditório: elas atraem e expulsam, simultaneamente, os imigrantes nos territórios ocupados. O conceito de território do qual estamos tratando está sendo discutido em referência aos autores cujos pensamentos se vinculam à matriz materialista histórica dialética, a partir de uma perspectiva da geografia crítica. O território, então, se constitui por relações de poder, de conflito e está ligado a uma dimensão material de espaço. Segundo Santos (2000), o território é onde os sujeitos sofrem, trabalham e vivem.

Os relatos dos sujeitos participantes da pesquisa mostraram esta contradição nos territórios, uma vez que os investimentos nas políticas sociais, orientados pelos governos do presidente Lula e da presidenta Dilma, foram favoráveis à chegada desses imigrantes. Em contraposição, a posse do presidente Michel Temer à presidência, em 2016, decorrente de um contexto de crise política e de instabilidade

econômica no país, provocam a saída de muitos imigrantes haitianos, conforme identificado no relato de um dos sujeitos entrevistados:

Hoje, o Brasil está em crise de emprego geral que afeta todo mundo, brasileiros e estrangeiros. A diferença é que para nós, como imigrantes haitianos, sofre mais porque nossa presença aqui é ligada ao trabalho...

O imaginário haitiano referente ao Brasil, além de se associar a um conhecimento genérico sobre o desempenho do futebol brasileiro, alimenta-se, principalmente, de uma expectativa no que se refere a figura do presidente Lula, que representava a esperança para a população haitiana. A imagem do então presidente estava intimamente associada a uma situação de estabilidade social, política e econômica de um país que poderia atender às necessidades dos imigrantes.

A pesquisa evidenciou que, já em território brasileiro, as primeiras necessidades de adaptação são as mesmas para todos: viabilizar documentação oficial, conseguir um trabalho, encontrar um lugar para morar, conhecer informações para poder circular pela cidade e aprender a língua portuguesa, sendo esta última uma das maiores dificuldades. Os imigrantes são deslocados segundo as exigências e as condições de trabalho impostas pelas empresas privadas. A partir da criação de redes de solidariedade, reagrupam-se em uma estratégia de proteção para enfrentarem de modo mais coletivo as dificuldades de permanência no Brasil. No entanto, existem disputas de poder pelo controle desses territórios entre os imigrantes.

Um dos aspectos relatados pelos entrevistados que mais surpreendeu os imigrantes haitianos foi o papel do Estado brasileiro nas políticas sociais, na concretização de políticas, programas e projetos sociais, ainda que com imensas fragilidades e precariedades, uma vez que este cenário contrasta com o que eles tinham como referência do Estado contestado haitiano e suas ações isoladas. O Estado mínimo haitiano se apresenta na incapacidade de se responsabilizar frente às demandas da sua população, desenvolvendo, historicamente, uma relação de tensão com seus cidadãos, sendo identificado por sua brutalidade e violência contra a sociedade. Um entrevistado relatou sobre o Estado haitiano:

Estado no Haiti é ausente em todos aspectos da vida do cidadão haitiano. [...] No Haiti não tem governo de verdade, tem governo no papel, sempre tem crise política e social lá. Por isso que muitos haitianos deixem o país para viver em paz num outro país na esperança de ter uma melhor vida do que eles estão vivendo no seu país.

Outrossim, os relatos sobre o Estado brasileiro corroboram com a caracterização interventiva evidenciada por eles durante a pesquisa. Fica explícita a avaliação do Estado e das políticas sociais brasileiras, a partir do parâmetro de ausência do Estado haitiano:

Cara, para mim, o Estado brasileiro é muito eficaz na responsabilidade dele, mas quando comecei a conversar com brasileiros, para eles o Estado brasileiro não trabalha muito, o povo brasileiro é muito exigente nesse sentido. Eu, às vezes, acho isso muito estranho.

O relato de outro entrevistado evidencia a diferença dos atendimentos entre os dois países:

Eu descobri que não tem um bom sistema de saúde no Haiti, quando eu estou aqui no Brasil. Eu vi como as pessoas são atendidas, tudo é de graça. Se você está adoentado a qualquer hora, vai a qualquer posto e você vai ser atendido sem dinheiro... No Haiti é o contrário...

Logo, entende-se que o Estado haitiano cria estratégias de rejeição dos seus próprios cidadãos, enquanto o Brasil, ainda que com as limitações e fragilidades das políticas sociais públicas, viabiliza a vinda da população haitiana imigrante, colocando-a como um grupo desejável, sinalizada por meio do convite oficializado pela Comissão Nacional da Imigração (CNIg) que fundamenta a razão humanitária da migração haitiana no Brasil.

No entanto, outro relato revela outras dificuldades encontradas no acesso ao serviço da saúde associando a demora do atendimento aos preconceitos existentes contra os imigrantes haitianos. Para o entrevistado, o Brasil é um país desenvolvido, logo seu serviço público de saúde deve ser mais eficaz e ágil.

O serviço de saúde aqui no Brasil demora muito, você pode morrer e não chegar a te atender... também, às vezes, eu vi os haitianos reclamando, quando um chama uma ambulância, parece que se a ambulância percebe ser um haitiano, ela vai demorar mais tempo para chegar. Certo que ela vai vir, mas vai demorar mais.

Acerca das compreensões dos imigrantes sobre a política pública de assistência social, um entrevistado evidencia as diferenças sobre o atendimento realizado no Brasil e no Haiti. Aponta que, no Brasil, a assistência social é territorializada fazendo-se presente nos bairros, enquanto no Haiti é uma política presente somente nas grandes cidades, sendo ofertada pelas ONGs e não diretamente pelo Estado.

Nas análises de dados da pesquisa, percebemos que o acesso à educação infantil é uma prioridade para as autoridades brasileiras, sendo garantido o atendimento escolar às crianças haitianas. Porém, segundo alguns entrevistados, o acesso à educação escolar pelos adultos é reduzido. Os imigrantes entrevistados reconhecem a educação como um direito na medida em que os documentos exigidos para a matrícula escolar são adequados. Mesmo assim é difícil ter acesso.

Sobre as políticas habitacionais, os imigrantes entrevistados se referem à moradia como uma responsabilidade individual e da solidariedade entre os pares, sem associar aspectos relacionados à possibilidade de acesso público da habitação pelo Estado.

Na área do trabalho e do emprego, a pesquisa constatou a expectativa de empregabilidade no Brasil, bem como as dificuldades em conseguir trabalho no Haiti. Todavia, os entrevistados também denunciaram a discriminação salarial e a exploração pelas empresas privadas por serem haitianos e estrangeiros. Segundo eles, os empregos destinados aos imigrantes são os mais precários, além da existência de restrições para acessarem qualquer trabalho, mesmo para aqueles que possuem maior nível de escolarização, de formação acadêmica e/ou profissional. Alegam que, muitas vezes, são vistos com preconceito por parte de muitas empresas que os identificam e os associam como trabalhadores desqualificados. Esses preconceitos,

constatados nos relatos, se manifestam de forma racista – por serem negros – e pelo seu estatuto social – por serem imigrantes.

Compreendemos que a questão do emprego é um elemento transversal na trajetória dos imigrantes. O estatuto enquanto imigrante está fortemente ligado ao trabalho no sentido de que sua disponibilidade, seu acesso, suas condições no país de origem, assim como no país acolhedor, são os elementos que incentivam, ou não, os imigrantes a permanecerem ou seguirem para outro lugar.

Entretanto, é fundamental constatar que os imigrantes haitianos, em sua maioria, estão em uma situação de trânsito. Desta forma, o Brasil representa um território de passagem para alcançar o destino por eles desejado, que são os Estados Unidos. No momento da realização da pesquisa, observamos um crescimento dessa tendência.

Além dos determinantes econômicos e políticos que contribuem para a compreensão desse processo de deslocamento, há também os aspectos socioculturais por nós identificados. Destacamos que viajar é um elemento incontornável na representação cultural haitiana. Handerson (2015) sinaliza que, no Haiti, existe uma ideia de que é quase impossível encontrar uma casa ou uma família haitiana, sem um membro no exterior, que ainda não viajou em busca de melhores condições de vida. Desta forma, identificamos que os imigrantes haitianos carregam uma identidade da diáspora permanente marcada pelo seu contínuo e histórico deslocamento.

A pesquisa permitiu reconhecer que o processo de reterritorialização dos imigrantes haitianos no Brasil apresenta significativa complexidade, demandando estudos mais aprofundados. As experiências haitianas e as suas marcas simbólicas e físicas no Brasil são ainda insuficientes para compreender, com profundidade, as vivências de reterritorialização e desterritorialização desses imigrantes, haja vista o reduzido tempo deste processo – em torno de apenas sete anos.

Considerações finais

Refletir sobre a permanência dos imigrantes haitianos e as políticas sociais brasileiras evidencia uma relação com a realidade crítica dos atendimentos recebidos no Haiti e o processo de redescoberta de outro modelo de “Estado interventivo” no contexto brasileiro.

Identificamos que as demandas sociais mais relevantes para sua permanência no Brasil estão relacionadas às condições de trabalho e emprego, de educação, de saúde e de assistência social. As compreensões sobre as políticas sociais brasileiras vivenciadas pelos imigrantes haitianos entrevistados (as demandas e atendimentos) e aqui analisadas demonstraram vários contrastes identificados como limitações, contradições, críticas, preconceitos e racismo nos atendimentos. Algumas destas limitações podem ser identificadas como: disponibilidade de emprego condicionada; maior disponibilidade na educação das crianças imigrantes e acesso limitado aos adultos; gratuidade dos serviços de saúde pública; situações de racismo e preconceito sofridas nos atendimentos aos imigrantes; dificuldades para reconhecimento dos diplomas da formação profissional no Haiti. A solidariedade entre esses imigrantes passa a ser um mecanismo de resistência nos territórios por eles ocupados para reprodução neles do seu cotidiano.

Os relatos permitiram revelar que o Brasil, desde o ano de 2014, tornou-se um território de passagem para esses imigrantes que visam os Estados Unidos – a terra ideal, o sonho americano, no imaginário coletivo haitiano. Os motivos dessa saída fundamentam-se na atual crise econômica brasileira, demonstrada pela redução da empregabilidade dessa mão de obra, pelas aberturas migratórias mais adequadas no Chile e, fundamentalmente, pelos aspectos culturais e simbólicos, tendo em vista o sentido e o reconhecimento social da diáspora no Haiti.

Ao fazer a alusão ao processo de deslocamento dos imigrantes haitianos na estrutura própria deste texto – Haiti como ponto de partida, os desafios dos deslocamentos e a permanência ou passagem no Brasil, constatamos que a dinâmica da diáspora haitiana se apresenta

contínua. Este fenômeno é revelado por estudos mais recentes que demonstram que o Canadá passa a ser sinalizado como novo e desejado destino desses sujeitos, diante das dificuldades encontradas para ingressarem e permanecerem nos Estados Unidos, desde a vigência do governo do presidente Donald Trump no poder (2017-2021).

Entendemos que tais reflexões, além de muitos outros elementos sociais, políticos e culturais sobre a imigração haitiana identificados neste estudo, merecem aprofundamento por outras pesquisas, sendo fundamental, tal como neste texto, a participação de pesquisadores haitianos nesse processo. O que identificamos até este estudo é que, para os imigrantes haitianos abordados, o Haiti também está aqui no Brasil!

Aceito para publicação em: 24/06/2021.

REFERÊNCIAS

- ANGLADE, G. **Espace et liberté em Haiti**. Montréal: ERCE, 1982.
- AUDEBERT, C. **La diaspora haïtienne: territoires migratoires et réseaux**. Rennes: Presses universitaires de Rennes, 2012.
- BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- DIEME, K.; TONHATI, T.; PEREDA, L. A migração haitiana e a construção de seus “Nortes”: Brasil um “Norte” alternativo e temporário. **Revista Brasileira de Sociologia**, Porto Alegre, v. 8, n. 19, p. 126-147, maio/ago. 2020.
- DORVILIER, F. Le défi de l’institutionnalisation par le bas dans l’Haïti post-1986. **Haïti Perspectives**, Port-au-Prince, v. 4, n. 3, Automne, 2015.
- GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 4 ed.,1982.
- HAITI. **Constituição 1987 da República do Haiti**. Porto-Príncipe. 2011.
- HANDERSON, J. **Diáspora**. As dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, no Suriname e na Guiana Francesa. 2015. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015.
- HANDERSON, J. Diáspora. In: NEIBURG, Federico (org.). **Conversas etnográfica haitianas**. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2019.

HURBON, L. **Comprendre Haïti**. Essai sur l'État, la nation, la culture. Paris: Karthala, 1987.

JOACHIM, D. **Impact des transferts de fond sur l'économie haïtienne**. 2017. Disponível em: <<http://www.lenouvelliste.com/article/169625/impacts-des-transferts-de-fonds-sur-leconomie-haitienne>>. Acesso em: 5/12/2017.

MAGALHÃES, L. F. A imigração haitiana em Santa Catarina: fases e contradições da inserção laboral. In: **Seminário de pesquisa em ciências humanas** – SEPECH, 9, 2016, Londrina. Anais... Londrina, 2016. p. 1-18.

MAGALHÃES, L. F. ; BAENINGER, R. Imigração haitiana no estado de Santa Catarina: fases do fluxo e contradições da inserção laboral. 2014. Disponível em: <<http://www.proceedings.blucher.com.br/article-details/imigrao-haitiana-no-estado-de-santa-catarina-fases-do-fluxo-e-contradies-da-insero-laboral-22451>>. Acesso em: 26/08/2016.

MARTINELLI, M. L. O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em serviço social. In: MARTINELLI, M. L. **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras. 1999.

NETTO, J. P. Cincos notas a propósito da “Questão Social”. **Temporalis**: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Brasília: ABEPSS, Graflin, ano II, n. 3, p. 41-49, jan./jun. 2004.

PEREIRA, P. A. **Política Social**: temas e questões. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PIERRE, J. H. **La diaspora**: Moteur de l'économie haïtienne. 2012. Disponível em: <<http://www.alterpresse.org/spip.php?article13615#V6lGI1ThDIU>>. Acesso em: 01/08/2016.

ROGERS D. De l'origine du préjugé de couleur en Haïti. In: **Outre-mers**, tome 90, n°340-341, 2003. p. 83-101.

SANTOS, M. **Por outra globalização**: do pensamento à consciência global. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.